

PROCESSO SELETIVO PARA CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO A ESTUDANTES DE NÍVEL SUPERIOR EM UNIDADES E ÓRGÃOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

SERVIÇO SOCIAL - ATENÇÃO HOSPITALAR

01. A prova terá duração de 2 (duas) horas considerando, inclusive, a marcação do cartão-resposta.
02. A prova objetiva deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
03. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A, B, C, D), distribuídas da seguinte forma:

CONTEÚDO	Nº DE QUESTÕES
POLÍTICAS PÚBLICAS DO SUS	10
CONTEÚDOS ESPECÍFICOS PARA O CURSO	30

04. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no cartão-resposta, com caligrafia usual, para posterior exame grafológico.
- "Crer é muito monótono, a dúvida é apaixonante."**
05. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
06. O telefone celular desligado e demais pertences não permitidos deverão permanecer acondicionados em saco de segurança devidamente lacrado, desde o momento da entrada na sala de prova até a saída do candidato do estabelecimento de realização da mesma.
07. O candidato cujo aparelho celular ou outro equipamento, mesmo que acondicionado no saco de segurança e debaixo de sua carteira, venha a tocar, emitindo sons de chamada, despertador etc., será eliminado do certame.
08. Será vedado ao candidato, dentro da sala de realização da prova, independentemente, do início da prova:
- a) o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc. salvo se autorizado, previamente pela Coordenadoria de Concursos, Admissão e Acumulação, conforme estabelecido no edital regulamentador do certame;
 - b) o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos;
 - c) a consulta a qualquer material (legislação, livros, impressos, anotações, jornal e revista);
 - d) o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
09. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais ou emitam sons e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
10. Não será permitido ao candidato fumar conforme determinado no art. 49 da Lei Federal nº 12. 546/2011.
11. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do certame, poderá entregar o cartão-resposta devidamente assinado e com a frase transcrita e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões.
12. Não será permitida, em hipótese alguma, a cópia das marcações efetuadas no cartão-resposta.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
14. O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções.
15. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio, no segundo dia útil após realização da prova, estando disponível também, no site <https://www.rio.rj.gov.br/web/portaldeconcursos/home>.

PROCESSO SELETIVO PARA CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO A ESTUDANTES DE NÍVEL SUPERIOR EM UNIDADES E ÓRGÃOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

SERVIÇO SOCIAL - ATENÇÃO PRIMÁRIA

01. A prova terá duração de 2 (duas) horas considerando, inclusive, a marcação do cartão-resposta.
02. A prova objetiva deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
03. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A, B, C, D), distribuídas da seguinte forma:

CONTEÚDO	Nº DE QUESTÕES
POLÍTICAS PÚBLICAS DO SUS	10
CONTEÚDOS ESPECÍFICOS PARA O CURSO	30

04. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no cartão-resposta, com caligrafia usual, para posterior exame grafológico.
"Crer é muito monótono, a dúvida é apaixonante."
05. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
06. O telefone celular desligado e demais pertences não permitidos deverão permanecer acondicionados em saco de segurança devidamente lacrado, desde o momento da entrada na sala de prova até a saída do candidato do estabelecimento de realização da mesma.
07. O candidato cujo aparelho celular ou outro equipamento, mesmo que acondicionado no saco de segurança e debaixo de sua carteira, venha a tocar, emitindo sons de chamada, despertador etc., será eliminado do certame.
08. Será vedado ao candidato, dentro da sala de realização da prova, independentemente, do início da prova:
 - a) o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc. salvo se autorizado, previamente pela Coordenadoria de Concursos, Admissão e Acumulação, conforme estabelecido no edital regulamentador do certame;
 - b) o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos;
 - c) a consulta a qualquer material (legislação, livros, impressos, anotações, jornal e revista);
 - d) o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
09. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais ou emitam sons e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
10. Não será permitido ao candidato fumar conforme determinado no art. 49 da Lei Federal nº 12. 546/2011.
11. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do certame, poderá entregar o cartão-resposta devidamente assinado e com a frase transcrita e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões.
12. Não será permitida, em hipótese alguma, a cópia das marcações efetuadas no cartão-resposta.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
14. O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções.
15. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio, no segundo dia útil após realização da prova, estando disponível também, no site <https://www.rio.rj.gov.br/web/portaldeconcursos/home>.

POLÍTICAS PÚBLICAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

01. A Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Leia atentamente as afirmativas abaixo que abordam esta Lei:

I – o SUS conta com a Conferência de Saúde e o Conselho de Saúde como instâncias colegiadas em cada esfera de governo

II – a Conferência de Saúde reunir-se-á a cada quatro anos

III – a representação dos usuários nos Conselhos de Saúde e Conferências será minoritária em relação ao conjunto dos demais segmentos

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

- (A) I e II
- (B) I e III
- (C) I, II e III
- (D) somente I

02. Considerando o exposto no artigo 200 da Constituição Federal de 1988, compete exclusivamente ao Sistema Único de Saúde (SUS):

- (A) executar as ações de saneamento básico
- (B) executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica
- (C) transportar, guardar e utilizar substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos
- (D) produzir medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos

03. As ações voltadas à saúde da criança no âmbito do SUS são orientadas pela Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC), conforme item 2.6.1 do Plano Nacional de Saúde 2024-2027. O PNAISC se estrutura em sete eixos estratégicos, apresentados abaixo:

Eixo 1: Atenção humanizada e qualificada à gestação, ao parto, ao nascimento e ao recém-nascido

Eixo 2: Aleitamento materno e alimentação complementar saudável

Eixo 3: Promoção e acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento integral

Eixo 4: Atenção integral a crianças com agravos prevalentes na infância e com doenças crônicas

Eixo 5: Atenção integral à criança em situação de violências, prevenção de acidentes e promoção da cultura de paz

Eixo 6: Atenção à saúde de crianças com deficiência ou em situações específicas e de vulnerabilidade

Eixo 7: Vigilância e prevenção do óbito infantil, fetal e materno

Considerando os 7 eixos estratégicos do PNAISC, assinale a alternativa que apresenta o eixo que tem como um dos seus objetivos a identificação e o tratamento precoce de doenças congênitas:

- (A) eixo 1
- (B) eixo 2
- (C) eixo 3
- (D) eixo 5

04. De acordo com o artigo 198 da Constituição Brasileira de 1988, as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com algumas diretrizes, entre as quais pode-se citar:

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo

II - atendimento integral, com prioridade para os serviços assistenciais, sem prejuízo das atividades preventivas

III - participação da comunidade

Considerando as afirmativas citadas, estão **CORRETAS**:

- (A) I e II
- (B) I e III
- (C) II e III
- (D) I, II e III

**Estágio não obrigatório
a estudantes de Nível Superior**

ATENÇÃO PRIMÁRIA / ATENÇÃO HOSPITALAR

05. O artigo 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, apresenta os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). O "conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema", corresponde ao princípio da:
- descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo
 - utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades
 - universalidade de acesso aos serviços de saúde
 - integralidade de assistência
06. Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, é **CORRETO** afirmar sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) que:
- as Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite são reconhecidas como foros de negociação e pactuação entre usuários da saúde, quanto aos aspectos operacionais do Sistema Único de Saúde (SUS)
 - os Conselhos de Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS) são reconhecidos como entidades que representam os entes municipais, no âmbito estadual, para tratar de matérias referentes à saúde, desde que vinculados institucionalmente à Conferência Nacional de Saúde
 - os municípios poderão constituir consórcios para desenvolver em conjunto as ações e os serviços de saúde que lhes correspondam
 - à direção municipal do SUS compete planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e transferir a execução dos serviços públicos de saúde à iniciativa privada
07. As ações e serviços de saúde na atenção especializada estão descritos no item 2.5.2 do Plano Nacional de Saúde 2024-2027. Assinale a alternativa que apresenta apenas ações e serviços de saúde na atenção especializada:
- atenção às urgências e promoção da saúde
 - atenção à saúde bucal e atenção às urgências
 - atenção às pessoas com doenças raras e imunização
 - atenção domiciliar e atenção à pessoa com deficiência
08. O artigo 5º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, apresenta os objetivos do Sistema Único de Saúde (SUS). Assinale a alternativa que **NÃO** apresenta objetivo do SUS:
- a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas
 - definir diretrizes, apenas de âmbito nacional, a respeito da organização das redes de ações e serviços de saúde, principalmente no tocante à sua governança institucional e à integração das ações e serviços dos entes federados
 - a formulação de política de saúde destinada a promover, nos campos econômico e social, o estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde
 - a identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde, como a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física e o acesso aos bens e serviços essenciais, entre outros
09. De acordo com o Plano Nacional de Saúde 2024-2027 (PNS 2024-2027), no item 2.5.2.2 Atenção Hospitalar, "a assistência hospitalar no SUS é organizada a partir das necessidades da população, a fim de garantir o atendimento aos usuários, com apoio de uma equipe multiprofissional, que atua no cuidado e na regulação do acesso, na qualidade da assistência prestada e na segurança do paciente". O serviço hospitalar destinado a usuários em situação clínica grave ou de risco, clínico ou cirúrgico, necessitando de cuidados intensivos, assistência médica, de enfermagem e fisioterapia, ininterruptos, monitorização contínua durante as 24 horas do dia, além de equipamentos e equipe multidisciplinar especializada é:
- o Hospital-Dia
 - o Hospital Filantrópico
 - a Unidade de Terapia Intensiva (UTI)
 - a Unidade de Cuidados Prolongados
10. A participação da iniciativa privada na assistência à saúde é abordada no artigo 199 da Constituição Brasileira de 1988. Sobre esta questão, é **CORRETO** afirmar que:
- a lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo autorizada a comercialização em alguns casos
 - as instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos
 - é vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País em qualquer caso
 - é permitida a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos

SERVIÇO SOCIAL

11. "A desvalorização do mundo humano aumenta em proporção direta com a valorização do mundo das coisas" (Karl Mark). Yazbek (2020) fala sobre a necessidade de enfrentamento à ofensiva conservadora que caracteriza a atualidade, ela aponta 3 importantes dimensões para contextualizar o cenário de crise estrutural do capital que avança em seu caráter ultraliberal, predatório e na banalização da vida. Como terceira dimensão, a autora aponta as mudanças que podemos observar no âmbito:
- (A) da sociabilidade e da cultura política
 - (B) da estratificação e da cultura capitalista
 - (C) da mercantilização e da precarização do acesso
 - (D) da flexibilização e da precarização dos direitos
12. Ainda sobre Yazbek (2020) a autora analisa os fundamentos do conservadorismo clássico e a relação com o serviço social na sua gênese e a postura de ruptura. A autora apresenta diversas contribuições para colaborar na compreensão dos fundamentos do Serviço Social. Assinale a alternativa que melhor define o entendimento da autora sobre os fundamentos de acordo com o texto:
- (A) como a ideologia formativa fundante da história da profissão
 - (B) como a estrutura e a formação política e histórica da profissão
 - (C) como a constituição explicativa e caracterizadora da profissão
 - (D) como a matriz histórico-ontológica, explicativa da realidade e da profissão
13. Sousa (2008), em seu artigo apresenta uma reflexão sobre a prática profissional do(a) Assistente Social, com o objetivo de situar a instrumentalidade do Serviço Social bem como seu arsenal técnico-operativo. Nesse sentido, podemos identificar alguns instrumentos de trabalho direto ou "face a face" consagrados na história da profissão, tais como:
- (A) entrevista (individual e em grupo), reunião, visita domiciliar, livro de registro, relatório social
 - (B) observação participante, entrevista, reunião, livro de registro, relatório e parecer social
 - (C) observação participante, entrevista (individual e em grupo), reunião, visita domiciliar, mobilização de comunidades
 - (D) entrevista, visita domiciliar, mobilização de comunidades, relatório e parecer social

14. De acordo com Sousa (2008), sobre os instrumentos de trabalho indireto ou "por escrito" assinale a opção **CORRETA**:
- (A) os instrumentos de trabalho por escrito, não raramente, implicam que outros profissionais e/ou outras instituições desenvolverão ações interventivas a partir da intervenção do(a) Assistente Social
 - (B) a comunicação escrita não possibilita que outros agentes tenham acesso ao trabalho que foi desenvolvido pelo(a) Assistente Social, sobretudo quando se tratam de documentos considerados sigilosos para o exercício profissional
 - (C) a comunicação tende a ser mais ativa, permite que a enunciação de um discurso se expresse não só pela palavra, mas também pelo olhar, pela linguagem gestual e pela entonação
 - (D) a comunicação contextualizada, possivelmente, identifica subjetividades de uma forma mais evidenciada
15. Considerando a competência ético-política do Assistente Social, use F para falso e V para verdadeiro, marcando, em seguida, a opção **CORRETA**:
- () O Assistente Social deve manter uma postura neutra e imparcial em relação às questões sociais
 - () A prática do Assistente Social é realizada no marco das relações de poder e forças sociais da sociedade capitalista
 - () É fundamental que o Assistente Social tenha um posicionamento político claro frente às questões que aparecem na realidade social
 - () A competência ético-política do Assistente Social está relacionada aos valores ético-morais expressos no Código de Ética Profissional
- (A) V, F, F, F
 - (B) F, V, V, V
 - (C) V, V, F, F
 - (D) F, F, V, V

**Estágio não obrigatório
a estudantes de Nível Superior**

16. Segundo Souza (2008), se no momento da origem do Serviço Social como uma profissão inscrita na divisão do trabalho, era apenas a sua dimensão técnica que lhe garantia os estatutos de eficácia e competência profissional (isto é, era a forma e os resultados imediatos de sua ação que lhe garantiam legitimidade e reconhecimento da sociedade), o Movimento de Reconceituação buscou superar essa visão unilateral. No universo das diversas correntes que atuaram nesse movimento, a principal motivação era dar ao Serviço Social um estatuto científico.

Nessa perspectiva, uma das competências fundamentais do Assistente Social era a competência teórico-metodológica. Sobre esta competência é **CORRETO** afirmar:

- (A) o Assistente Social pode trabalhar sem conhecer a realidade social, política, econômica e cultural
- (B) não é necessário rigor teórico e metodológico para compreender a dinâmica da sociedade
- (C) a competência teórico-metodológica não envolve a apreensão da essência e movimento da sociedade
- (D) o Assistente Social deve ser qualificado para conhecer a realidade social, política, econômica e cultural com a qual trabalha

17. Estudar a realidade social nunca foi tarefa fácil.

Desde a Antiguidade, filósofos, cientistas e pensadores, de um modo geral, se debruçam sobre as diferentes formas de organização social, de modo a conhecê-las. Mas, para além disso, o conhecimento é uma poderosa arma para quem o detém, pois é ele que fornece as bases para qualquer proposta de mudança ou transformação dessa mesma realidade. Se atuar no e sobre o cotidiano das populações menos favorecidas é um componente fundamental do Serviço Social, é com vistas a transformações nesse cotidiano que a prática profissional deve se dirigir. (SOUZA, 2008, p.122)

A partir das reflexões de Souza, é **CORRETO** afirmar que:

- (A) nenhuma situação pode ser considerada apenas em sua singularidade, pois é essencial considerar a dimensão social da vida humana
- (B) o Assistente Social deve focar apenas na singularidade das situações e ignorar a universalidade
- (C) o conhecimento teórico profundo sobre as relações sociais não é necessário para o Assistente Social
- (D) as "armadilhas" do senso comum do cotidiano raramente mascaram as reais causas dos fenômenos sociais

SERVIÇO SOCIAL

ATENÇÃO PRIMÁRIA / ATENÇÃO HOSPITALAR

18. Levando em consideração a história de constituição do Serviço Social no Brasil, que traz em si, marcas do "contraditório" na execução da gestão e operacionalização de políticas sociais, analise as assertivas que seguem, identificando se são FALSAS ou VERDADEIRAS e marque a resposta **CORRETA**.

() A Cultura Política Brasileira e as Políticas Sociais são profundamente influenciadas pelo pensamento conservador

() O Serviço Social brasileiro construiu um projeto sob a direção do pensamento marxiano e da tradição marxista nas últimas três décadas

() A luta contra o desmanche de direitos e a privatização do público é um desafio fundamental para o Serviço Social

() A profissão de Serviço Social é desafiada pela necessidade de construir direitos e ações de resistência nas suas diversas dimensões políticas e institucionais

- (A) F, F, F, F
- (B) F, F, F, V
- (C) V, V, V, V
- (D) V, V, V, F

19. Uma das principais críticas do Movimento de Reconceituação do Serviço Social foi:

(A) a falta de envolvimento dos assistentes sociais na execução das políticas sociais

(B) a exclusão dos assistentes sociais das interações diretas com indivíduos e comunidades

(C) o posicionamento crítico dos Assistentes Sociais frente à garantia de participação da sociedade civil

(D) a participação dos assistentes sociais apenas nas funções executivas, sem envolvimento no planejamento das políticas sociais

20. Passos (2024) em seu artigo estabelece algumas inquietações sobre o seu trabalho profissional e de militância no campo da saúde mental e na atenção psicossocial. Nesse sentido o cuidado em saúde mental:

(A) não se limita à avaliação psicológica, restrita ao profissional de psicologia, mas uma construção coletiva de estratégias multidisciplinar, interdisciplinar e intersetorial

(B) é pouco abordado cientificamente e de fundamental relevância social para o campo de abordagens dos saberes "psis" (psicologia, psiquiatria e psicanálise)

(C) é pouco explorado na psicologia social, na psicologia da libertação e na abordagem sócio-histórica

(D) se limita ao diálogo com diferentes autores para melhor compreensão e análise da totalidade do fenômeno

21. Saraiva e Campos (2023) apresentam um ensaio cujo intuito é problematizar as iniquidades em saúde, a partir da análise da violência obstétrica direcionada às mulheres negras. Os autores constatam que o não acesso aos serviços de saúde, as altas taxas de mortalidade materno-infantil, a negligência e maus tratos no decorrer dos atendimentos e, mais recentemente, os casos de erros médicos, como nos mostram a imprensa, não estão desconectados:
- (A) da realidade social que é forjada apenas pelo racismo
 - (B) da realidade social que é forjada pelo racismo e sexismo
 - (C) da realidade social que é forjada no racismo, sexismo e lógica patriarcal
 - (D) da realidade social, econômica e cultural forjadas pelo sistema capitalista de produção
22. De acordo com Santos e Almeida (2023), o Processo Transexualizador é um programa caracterizado por múltiplos e diferentes níveis de fragilidades. Compreender essa caracterização é fundamental para o entendimento dessa política pública com maior amplitude no SUS. Nesse sentido, podemos identificar fragilidades com **EXCEÇÃO** da seguinte alternativa:
- (A) fragilidade relacionada às instituições que compõem a rede assistencial desse programa
 - (B) fragilidades de políticas públicas exclusivas de saúde voltadas para a implantação do Processo Transexualizador no SUS
 - (C) fragilidade ideológico-cultural, caracterizada pelo fato de que a assistência prestada às pessoas trans não é reconhecida e legitimada por grande parte da sociedade
 - (D) fragilidade orçamentária, uma vez que o programa se institucionalizou sem que se definisse alocação de recursos financeiros para sua materialização
23. A partir das reflexões críticas de Santos e Almeida (2023) sobre a política nacional de identidade de gênero é **CORRETO** afirmar que:
- (A) a presença de uma política nacional de identidade de gênero permite que uma mesma pessoa possa ser reconhecida de forma equânime nos mais diversos percursos que ela precisa trilhar no campo das políticas públicas
 - (B) a pessoa transexual é compreendida e reconhecida da mesma forma no âmbito da saúde, da assistência, da previdência, da educação, do sistema prisional, dos órgãos militares, do sistema judiciário, entre outros
 - (C) apesar das amplas e diversificadas necessidades que perpassam a realidade de uma pessoa transexual, a ação estatal principal voltada para responder a essas demandas advém do setor saúde com total comunicação e diálogos intersetoriais
 - (D) a ausência de uma política nacional de identidade de gênero faz com que uma mesma pessoa possa ser reconhecida de forma dispare nos mais diversos percursos que ela precisa trilhar no campo das políticas públicas

24. A análise interseccionalizada revela a (in)visibilidade histórica quanto à diversidade racial dos usuários do SUS, desconsiderando a equidade nos serviços, impossibilitando uma discussão sobre o cuidado amplo e integrado na cena do parto e dificultando a redução dos impactos do racismo na experiência do maternar. Paralelamente, essa reflexão vem ao encontro da discussão que envolve o entrelaçamento das categorias ser mulher negra, equidade no SUS, racismo e ações dos serviços de saúde.

Para os autores Saraiva e Campos (2023):

- (A) não é correto colocar na ordem do dia a análise crítica sobre o princípio da equidade do SUS, pois este sistema não tem qualquer influência nas ações de saúde em direção à justiça social
 - (B) os dados estatísticos não são suficientes para desvelar como o racismo e sexismo tecem uma rede de complexidades que têm na negação da maternidade às mulheres negras uma dinâmica cheia de conflitos
 - (C) é indispensável colocar na ordem do dia a análise crítica sobre o princípio da equidade do SUS, que tem o objetivo de guiar as ações de saúde em direção à justiça social, considerando as diferenças e necessidades dos distintos grupos sociais
 - (D) o Estado nessa perspectiva, não possui função fundamental e funcional a essa lógica de desumanização da população negra, já que este não integra a estrutura de hierarquização racial e de gênero
25. De acordo com Netto (2015), um projeto profissional é o espaço em que uma profissão articula os seus elementos constitutivos, quais sejam:
- (A) uma imagem real da profissão; os valores vigentes que a legitimam, em cada momento histórico; os conhecimentos teóricos em disputa
 - (B) uma imagem ideal da profissão; os valores que a legitimam, a sua função social e os seus objetivos; os conhecimentos teóricos, os saberes interventivos, as normas e as práticas que a viabilizam
 - (C) uma imagem ideal da profissão; os valores vigentes que a legitimam, em cada momento histórico; os conhecimentos teóricos em disputa e as práticas tecnicistas que a viabilizam
 - (D) uma imagem real da profissão; os valores vigentes que a legitimam, a sua função e os seus objetivos; os conhecimentos teóricos e as práticas que a viabilizam em cenários de extrema vulnerabilidade

**Estágio não obrigatório
a estudantes de Nível Superior**

26. De acordo com José Paulo Netto, a expressão *projeto ético-político profissional* se refere:
- (A) a uma programática profissional, que envolve componentes éticos, políticos e técnicos, que resultou da acumulação de investigações acadêmicas conjugadas a desafios postos aos profissionais de campo
 - (B) a uma programática profissional, que envolve componentes éticos, políticos e técnicos, que resultou da acumulação de investigações acadêmicas conjugadas às legislações produzidas pelos Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social
 - (C) a uma programática profissional, que envolve componentes éticos, políticos e técnicos, que resultou da acumulação de investigações acadêmicas conjugadas a desafios postos aos pesquisadores universitários
 - (D) a uma programática profissional, que envolve componentes éticos, políticos e técnicos, que resultou da acumulação exclusiva dos conhecimentos gerados pelos desafios postos aos profissionais de campo
27. Em 1996, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social formulou as Diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social – explicitando os conteúdos teórico-práticos básicos e mínimos que devem comparecer na formação do assistente social. A proposição apresentada contemplou os seguintes núcleos de conhecimentos que:
- I – trata dos pressupostos teórico-metodológicos para o conhecimento da vida social;
- II – tematiza a formação histórica da sociedade brasileira;
- III – problematiza a postura ética do profissional em formação nas universidades;
- IV – compreende os fundamentos do trabalho profissional – os componentes metodológicos, técnicos e instrumentais do exercício profissional.
- Sobre os núcleos de conhecimentos é correto afirmar que:
- (A) I, II, e III estão corretos
 - (B) I, II e IV estão incorretos
 - (C) I, II e IV estão corretos
 - (D) I, III e IV estão incorretos

SERVIÇO SOCIAL

ATENÇÃO PRIMÁRIA / ATENÇÃO HOSPITALAR

28. Considerando O Código de Ética, são deveres do Assistente Social, **EXCETO**:
- (A) utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão
 - (B) desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, independente da legislação em vigor
 - (C) abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes
 - (D) participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades
29. Durante um atendimento em Saúde Mental, a equipe psicossocial recebeu um usuário já acompanhado pelo serviço e sua família. No final do atendimento, um dos familiares perguntou aos profissionais sobre quem autoriza uma internação psiquiátrica. A equipe informou à família sobre a Lei nº 10.216/2001 e mostrou o artigo 8º que responde à pergunta feita pela família. De acordo com o Artigo 8º da Lei nº 10.216/2001 que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, a internação voluntária ou involuntária somente será autorizada:
- (A) por qualquer médico brasileiro ou estrangeiro independentemente do local de registro no Conselho Regional de Medicina - CRM
 - (B) por médico ou qualquer profissional de equipe psicossocial
 - (C) por equipe psicossocial ou médico de plantão com registro de classe ativo
 - (D) por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina - CRM do Estado onde se localize o estabelecimento
30. “O que faz andar a estrada é o sonho” (Mia Couto). Na resolução CFESS nº 533/2008, de acordo com o artigo 7º, ao supervisor acadêmico cumpre o papel de orientar e avaliar seu aprendiz, visando:
- (A) a inserção e a orientação do aluno
 - (B) a qualificação e aprendizagem do aluno
 - (C) o monitoramento e treinamento do aluno
 - (D) o acompanhamento e a frequência do aluno

**Estágio não obrigatório
a estudantes de Nível Superior**

31. "Nunca escrevi uma palavra para lamentar a vida, meu verso é água corrente, é tronco, é fronde, é folha, é semente, é vida." (Cora Coralina). Durante uma interconsulta, a assistente da Equipe Multiprofissional na APS – eMulti acompanhou com a enfermeira e o médico da Atenção Primária o caso da adolescente X que é uma pessoa com deficiência. Ao final do atendimento após a saída da usuária, a assistente social traz para discussão com a equipe a necessidade de trabalhar o protagonismo da pessoa com deficiência e procurar desenvolver uma prática menos capacitista no âmbito do SUS. A assistente social lembra que, de acordo com artigo 4º da Lei Brasileira de Inclusão de 2015, toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades como as demais pessoas e não:
- (A) poderá ser detida ou presa em nenhuma situação
 - (B) deverá ser responsabilizada por seus atos
 - (C) sofrerá nenhuma espécie de discriminação
 - (D) será impedida de transitar pela cidade
32. Em uma Equipe de Atenção Primária, durante uma reunião de Estudo de Caso, foram esgotados todos os meios de realizar o cuidado do usuário, pessoa com deficiência, no local de residência. A equipe, ao buscar soluções e possibilidades para o caso, trouxe para discussão o texto da Lei Brasileira de Inclusão (2015) e encontrou um artigo que fala sobre o tema. De acordo com o artigo 21 da lei Brasileira de Inclusão, quando esgotados os meios de atenção à saúde da pessoa com deficiência no local da residência, será prestado atendimento fora do domicílio, para fins de diagnóstico e de tratamento, garantindo:
- (A) apenas o transporte para pessoa com deficiência devendo o acompanhante se deslocar por meios próprios
 - (B) o agendamento do atendimento, não cabendo à saúde o transporte até o local
 - (C) uma ajuda de custo para quem possuir renda per capita inferior a um quarto do salário mínimo
 - (D) o transporte e a acomodação da pessoa com deficiência e seu acompanhante
33. Um grupo de agentes comunitários de saúde, depois de uma reunião de equipe, pensou em oferecer uma atividade que pudesse atender às necessidades da grande quantidade de população idosa de seu território. Durante as suas visitas, os agentes perceberam que as pessoas com mais de 60 anos de idade, em sua grande maioria, ficavam apenas em casa não participando do dia a dia da comunidade, nem de atividades na cidade. O grupo de agentes comunitários de saúde estudou o Estatuto do Idoso e pensou em criar encontros mensais para as pessoas com mais de 60 anos de idade com objetivo de propiciar e fortalecer vínculos, estimular a amizade e também realizar passeios para circulação desses usuários pela cidade. De acordo com Estatuto da Pessoa Idosa (2003), em seu artigo 20 a pessoa idosa tem direito a:
- (A) educação, cultura, arte, próximo de sua residência, acompanhado da família de acordo com as suas condições físicas e de saúde
 - (B) saúde, habitação e esporte de acordo com sua condição de idade e renda per capita
 - (C) educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade
 - (D) cultura, saúde, universidades e passeios e tudo que possa estimular a pessoa idosa respeitando seus limites e sua idade
34. De acordo com Estatuto da Pessoa Idosa de 2003 no seu artigo 36, o acolhimento de pessoas idosas em situação de risco social, por adulto ou núcleo familiar, para efeitos legais, caracteriza a:
- (A) curatela
 - (B) tutela
 - (C) responsabilização fiscal
 - (D) dependência econômica
35. De acordo com os Parâmetros para atuação do assistente social na política de saúde (2010), a assessoria é uma ação desenvolvida por um profissional com conhecimento da área que toma a realidade como objeto de estudo e detém uma intenção de alterá-la. Sobre as principais ações a serem realizadas neste âmbito, é **INCORRETO** afirmar:
- (A) replicar estratégias individuais para a política de saúde da instituição, bem como para outras esferas por meio do atendimento da equipe e a participação nas reuniões na unidade de saúde
 - (B) fortalecer o controle democrático por meio da assessoria aos conselhos de saúde, em todos os níveis
 - (C) criar campos de estágio e supervisionar diretamente estagiários de Serviço Social e estabelecer articulação com as unidades acadêmicas
 - (D) qualificar o trabalho do assistente social e/ou dos demais profissionais da equipe de saúde por meio de assessoria e/ou educação continuada

**Estágio não obrigatório
a estudantes de Nível Superior**

36. Em relação aos Parâmetros para atuação do assistente social na política de saúde (2010) é **CORRETO** afirmar que fatores que mais contribuem para a solicitação de alta por parte dos usuários são:
- (A) escola dos filhos
 - (B) medo de perder seu benefício
 - (C) preocupação com a contaminação hospitalar
 - (D) desinformação quanto ao tratamento e procedimentos
37. Nos Parâmetros para atuação do assistente social na política de saúde (2010), é indicado que atendimento direto aos usuários se dá nos diversos espaços de atuação profissional na saúde, desde a atenção básica até os serviços que se organizam a partir de ações de média e alta complexidade, e ganham materialidade na estrutura da rede de serviços brasileira a partir das unidades da Estratégia de Saúde da Família, dos postos e centros de saúde, policlínicas, institutos, maternidades, Centros de Atenção Psicossocial (CAPs), hospitais gerais, de emergência e especializados, incluindo os universitários, independente da instância a qual é vinculada seja federal, estadual ou municipal. As ações que predominam no atendimento direto segundo os Parâmetros são:
- (A) as ações socioassistenciais, as ações de articulação interdisciplinar e as ações socioeducativas
 - (B) ações de acolhimento institucional, ações de porta de entrada, ações de grupo
 - (C) ações de visita domiciliar, ações de orientação individual e de contato telefônico
 - (D) ações de controle institucional, ações de registro do plantão, ações de atendimento familiar
38. O Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social em vigor atribuiu maior amplitude política à atuação profissional, por meio da criação de novos valores éticos e princípios fundamentais. Não se instituiu como conteúdo meramente corporativista, mas como um projeto profissional vinculado à (ao):
- (A) busca de valores humanitários e igualitários na promoção dos direitos do homem
 - (B) classe trabalhadora e à implementação das políticas sociais nos setores da saúde, previdência e assistência social
 - (C) construção de uma nova ordem societária, sem exploração e dominação de classe
 - (D) projeto ético-político voltado para a obtenção de benefícios sociais

SERVIÇO SOCIAL

ATENÇÃO PRIMÁRIA / ATENÇÃO HOSPITALAR

39. De acordo com o Capítulo V do Código de Ética do(a) Assistente Social, que dispõe sobre o Sigilo Profissional, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- (A) em trabalho multidisciplinar só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário
 - (B) constitui dever do(a) assistente social manter o sigilo profissional
 - (C) é vedado ao assistente social revelar sigilo profissional
 - (D) a quebra do sigilo só é admissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa trazer prejuízo aos interesses do(a) usuário(a), de terceiros e da coletividade
40. No contexto do Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social (1993), existem várias práticas e comportamentos que são proibidos ou vedados aos profissionais, visando garantir uma atuação ética, responsável e comprometida com os princípios da profissão. Considerando o referido código, especificamente o Título II DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES GERAIS DO(A) ASSISTENTE SOCIAL, marque (V) para as alternativas verdadeiras e (F) para as alternativas falsas, no que se refere ao que é vedado ao assistente social.
- () transgredir qualquer preceito deste Código, bem como da Lei de Regulamentação da Profissão
- () praticar e ser conivente com condutas antiéticas, crimes ou contravenções penais na prestação de serviços profissionais, com base nos princípios deste Código, mesmo que estes sejam praticados por outros/as profissionais
- () acatar determinação institucional que fira os princípios e diretrizes deste Código; compactuar com o exercício ilegal da Profissão, inclusive nos casos de estagiários/as que exerçam atribuições específicas, em substituição aos profissionais
- () abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes
- () utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão
- Assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**, levando em conta as afirmativas de cima para baixo:
- (A) V,V,V,F,F
 - (B) V,V,F,F,F
 - (C) V,V,F,F,V
 - (D) F,V,V,F,F